

PROBLEMÁTICAS
DA ÁFRICA
OCIDENTAL

UMA TENTATIVA DE FOMENTO INDUSTRIAL NA ANGOLA SETECENTISTA: A “FÁBRICA DO FERRO” DE NOVA OEIRAS (1766-1772)

Ana Madalena Trigo de Sousa*

Pág. 291 a 308

Introdução

Quando os europeus começaram a frequentar a costa ocidental africana, a sul do Equador, a partir do início do século XVI, rapidamente se aperceberam do dinamismo das sociedades locais que se dedicavam a várias actividades económicas, e eram possuidoras de uma estrutura sócio-política bem definida.

Os grupos Mbundo, população cuja língua é o kiMbundu, ocupavam as regiões banhadas pelo rio Kwanza (rio que atravessa a região norte do actual território angolano) e, desde tempos antigos, exploravam uma variedade de safras, principalmente milho-miúdo, arroz, sorgo, inhames e óleo de palma. Essas comunidades agrícolas dedicavam-se, igualmente, à caça e à pesca e, em zonas onde não havia mosca tsé-tsé, à criação de algum gado. Em simultâneo, os membros dessas comunidades ocupavam-se noutras actividades, em concreto, a exploração de salinas, trabalhos em metal (ferro e cobre) e tecelagem. O sal, o ferro e o cobre animavam um comércio de longa distância, desenvolvido muito antes da chegada dos europeus. Além do sal e dos metais, outros bens como os panos de rafia e palma, as conchas e missangas eram usados para transacções comerciais, como adornos pessoais, marcas de estatuto social ou emblemas de poder, desempenhando um papel preponderante na sua vida económica e social (Cf. BIRMINGHAM, 1970, pp. 163-173, BIRMINGHAM, 1981, p. 15; DIAS, 1992, p. 136; HEINTZE, 1984, pp. 11-59). A maior parte dos Mbundu estava integrada em grupos corporativos parentais ou linhagens cujo chefe exercia um controlo sobre a terra onde habitavam e sobre os seus descendentes. Este tipo de controle era justificado e legitimado pela

* Centro de Estudos de História do Atlântico-Funchal.

terminologia do parentesco, expressão de laços sociais e políticos, tanto no interior dos grupos ou linhagens, como entre si, mesmo quando não existia uma relação de consanguinidade (DIAS, 1992, p. 142; MILLER, 1988, pp. 10-29). Tal como em outras sociedades do continente africano, entre os Mbundu, as pessoas eram consideradas um recurso de grande valor e o poder do chefe de uma linhagem traduzia-se no número de dependentes que conseguisse agregar à sua volta. Quanto maior o seu séquito, maior a sua força política e também o seu poder económico dado que era a transacção dos direitos que exercia sobre os seus filhos e dependentes que lhe proporcionava o acesso a outros bens, com os quais poderia adquirir um maior número de dependentes junto de outras linhagens (MILLER, 1988 p. 40-70; KOPYTOFF e MIERS, 1977, pp. 3-81). Os Mbundu encontram-se no espaço que constituía, em meados do século XVIII, a área de influência portuguesa situada entre os rios Dande, a norte, e Kwanza, a sul, conhecida na corte de Lisboa como “*o reino de Angola e suas conquistas*”. Ocupava as regiões do extinto reino do Ndongo, um estado independente e relativamente poderoso até meados do século XVII, altura em que fora derrotado pelos portugueses com o auxílio dos povos Imbangala, encontrando-se dividido em sobados, comunidades rurais cujos chefes ou sobas descendiam da aristocracia do extinto reino do Ndongo (DIAS, 1992, p. 121; MILLER, 1972, pp. 549-574; MILLER, 1988, p. 34).

As origens do reino do Ndongo são pouco conhecidas, embora a investigação realizada nos últimos anos indique que o poder político e espiritual do Ngola residia no controlo de dois bens essenciais ao funcionamento da economia das populações da região: os depósitos de ferro junto do rio Lukala e as rotas do sal da Kisama (DIAS, 1989, pp. 281-298).

A importância da produção de ferro na vida quotidiana das comunidades que habitavam na região do rio Lukala (entre as actuais províncias de Cuanza Norte e Malanje) vinha, certamente, desde há muito tempo. O ferro era utilizado para fazer utensílios para a agricultura, pesca e caça e, também, para armas de guerra. A extracção deste minério bem como o forjamento de instrumentos de natureza variada, constituiriam técnicas altamente especializadas. Logo, não será de estranhar que o trabalho do ferreiro estivesse relacionado com poderes mágicos e, por vezes, com a própria realeza (DIAS, 1992, p. 144). Esta noção é-nos transmitida pelo governador Sousa Coutinho, ciente de que a extracção e fundição do ferro

em regiões do antigo reino do Ndongo era uma prática muito antiga entre as suas populações: *“sempre os negros trabalharão o ferro em muitos lugares do mesmo reino em que o ha (...) e tem tal propenção estes povos para aquele trabalho que muitos fundidores e ferreiros concervão nas suas Libatas ou Povoaçoes, tem em grande veneração o seu primeiro rey porque foi ferreiro”* (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 45).

Portanto, estamos perante dois mundos diferentes: de um lado, a extracção e fundição do ferro como algo profundamente enraizado no quotidiano das comunidades da região do Lukala, do outro lado, um governador que entendia poder fazer das jazidas de ferro uma importante fonte de receita para a fazenda real portuguesa. Como é que se deu o confronto entre essas duas realidades?

Para dar resposta a esta questão, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, vemos como se deu o estabelecimento e o funcionamento da pequena “fábrica”, baptizada com o nome de “Nova Oeiras”, numa evidente homenagem ao Conde de Oeiras, personalidade pela qual Sousa Coutinho nutria uma grande admiração. Na segunda parte, vemos como é que os africanos, os ferreiros e fundidores, foram integrados nesta estrutura e com que resultados. Por último, apresentamos algumas considerações sobre o fracasso desta iniciativa, que se revelaria deslocada e sem fundamento, denotando apenas o irrealismo deste governador perante algo que nunca chegou a compreender.

Estabelecimento e funcionamento da fábrica do ferro de Nova Oeiras (1766-1772)

Na perspectiva portuguesa, a exploração dos recursos minerais de Angola, entre eles o ferro, era uma ideia que remontava ao século XVII, encontrando-se presente no regimento do governador Aires de Saldanha de Meneses, de 12 de Fevereiro de 1676 (AHU, Angola, Cód. 544, fl.1-28v^o). Mas seria no século seguinte que, durante o consulado de D. Francisco de Sousa Coutinho, a exploração das jazidas de ferro da região da Lukala, por parte dos portugueses, seria uma realidade. Em que termos?

Em Dezembro de 1765, Sousa Coutinho dava notícias das primeiras diligências que fizera no sentido de averiguar a existência de jazidas de

minério de ferro no interior do território angolano, mais concretamente na região entre os rios Kwanza e Bengo. Constatando que o ferro era ali produzido e usado pelas populações africanas na fabrico de instrumentos de lavoura e bélicos, Sousa Coutinho enviara alguns ferreiros para o informarem acerca da quantidade e qualidade do minério de ferro existente assim como das condições do local, tendo em vista uma extracção mais sistemática desse minério, orientada a favor do governo de Luanda (AHU, Angola, Cx. 49, doc. 71; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl.114v^o-115).

Os resultados desta averiguação teriam sido, na óptica de Sousa Coutinho, bastante satisfatórios: *“a facilidade da extracção nam pode ser mayor (...) nos mesmos sitios ha muitas lenhas e he bastantemente povoado ficando situado entre o Quanza e o Zenza (sic), por onde comodissimamente pode ser navegado”* (AHU, Angola, Cx. 49, doc. 71). Surgiu, assim, a ideia de criar “uma pequena fábrica” com a finalidade de prover de ferro os armazéns reais de Angola e Brasil.

Obtida a aprovação régia logo em Julho de 1766, (AHU, Angola, Cód. 408, fl. 107v^o-110v^o) deu-se a primeira fundição de ferro, sob ordem do governador, e posterior encaminhamento para Luanda. Nesta altura, entre Julho e Setembro, fala-se no envio para Luanda de 30 quintais por mês (AHU, Angola, Cx. 50, docs. 28 e 44). Em Dezembro desse ano estabelecia-se a *Real Fábrica do Ferro*, no território das jazidas de ferro entre o rio Lukala e um seu afluente, o Luina, que Sousa Coutinho baptizou com o nome de Nova Oeiras, *“um grande estabelecimento fundado no mais belo e fertil terreno desta região”*, isto na perspectiva optimista do governador (AHU, Angola, Cx. 50, doc. 64). Consequentemente, é lícita a nossa interrogação: em que consistiu, na prática, a “fábrica” do ferro de Nova Oeiras?

Em primeiro lugar, verificou-se que, associado à exploração das jazidas de ferro esteve o estabelecimento de uma povoação, Nova Oeiras, estabelecimento esse que estaria em perfeita sintonia com os objectivos colonizadores de Sousa Coutinho.

Criada a povoação, em Janeiro de 1767, tornou-se essencial atrair povoadores. Tentando resolver este aspecto, determinava o governador Sousa Coutinho ao capitão-mor do presidio de Massangano que fixasse em Nova Oeiras: *“dez soldados cazados e com filhos e alguns mais pobres moradores dese distrito, que voluntariamente se persuadão deste estabelecimento em que se lhe devem dar terras para cultivar e todo o*

auxílio para formar as suas comodidades” (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 129vº-130 vº). Além dos povoadores de Massangano estava ainda prevista a vinda de soldados e respectivas famílias dos presídios de Muxima, Cambambe e Mbaka, concretamente 10 soldados de cada presídio (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73).

Escolhido o local para o estabelecimento da povoação e determinada a vinda de povoadores assim como de áreas de cultivo para o sustento dos mesmos, era necessário construir os edificios considerados essenciais ao funcionamento da povoação: igreja, feitoria, tesouraria, casas de residência dos mestres ferreiros a contratar na Europa, armazéns e casas para fundição do ferro (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 43). Além das minas, a “fábrica” incorporou os matos em redor para obtenção de lenha, necessária à fundição do minério de ferro, e reunia um conjunto de infra-estruturas que compreendia um açude para aproveitar a energia fornecida pelas águas do Lukala e do Luina, fornalhas e fornos de cal, tijolo e telha para fundição do ferro (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 68; *Ib.*, Cx. 53, doc. 21).

A ausência de mestres ferreiros capazes de produzir ferro de acordo com os métodos europeus, considerados mais eficazes e produtivos, constituiu o principal problema que afectou o empreendimento durante o ano de 1767. Em Julho desse ano, Sousa Coutinho refere que tinha contratado três mestres ferreiros da Baía; contudo, devido a uma estadia em Benguela contraíram febres que os vitimaram em poucos dias, não tendo chegado a Nova Oeiras (AHU, Angola, Cx. 51, doc. 39). Só em Abril de 1768 é que seriam contratados os quatro mestres biscainhos, cuja trágica permanência em Nova Oeiras se encontra bem documentada.

Jozeph Manoel de Echavarria, Francisco Xavier de Zuloaga, Francisco de Echanique e Jozeph de Erretolaza, mestres ferreiros oriundos das regiões da Biscaia e Navarra, estabeleceram, em 30 de Abril de 1768, as suas condições de aceitação do cargo na fábrica de Nova Oeiras: comprometiam-se a trabalhar por um período de 3 anos, contados a partir da sua chegada ao local; prometiam “*edificar o laboratorio e a fabrica*”, além de arranjar os instrumentos necessários aos trabalhos de fundição do ferro; comprometiam-se a ensinar a sua arte aos ferreiros africanos; o salário de cada um ficava estabelecido em 2\$400 réis por dia; as despesas da viagem de ida e volta ficavam a cargo da coroa (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Os mestres biscainhos desembarcaram em Luanda em Outubro de

1768, tendo chegado a Nova Oeiras no dia 14 de Novembro (AHU, Angola, Cx. 52, docs. 38 e 44). As suas impressões sobre o local revelar-se-iam favoráveis: “*foram ver o rio Luinha e lhe nam acharão dificuldade algua de vir agua para os assudes e se occuparão em ver fundir os pretos e de tarde fuy com elles acima do rio dito e marcarão a passagem para se entrar ja a limpar para se encanar a agua em distancia desta fabrica (...) Viram a pedra de ferro e o carvão e disceram que hua e outra couza estava boa; e acentamos com elles armarem hua fundição e trabalharem com os folles grandes para os negros verem a quantidade que rende*” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 38).

O método de fundição do ferro utilizado pelos mestres biscainhos seria diferente e menos produtivo daquele que era usado na Alemanha e na França dado que usava fornos de pequena dimensão ao contrário do que se passava no norte da Europa onde, naquela época, a fundição do ferro era feita em fornos de maior dimensão e com auxílio do “cadinho” ou “ouvrage” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 44).

Segundo Sousa Coutinho, apesar de não ser possível introduzir o método de fundição francês ou alemão, ter conseguido pôr a trabalhar em Nova Oeiras quatro mestres, segundo o método da Biscaia, era já um feito considerável, sendo o aspecto mais importante o da sua divulgação, junto dos ferreiros africanos, habituados a produzir reduzidas quantidades de ferro, com o auxílio de pequenos foles de pele de cabra (Ib.).

Poucos dias após a sua chegada a Nova Oeiras, dois dos mestres biscainhos adoeciam, mas sem gravidade, segundo o relatório do intendente de Nova Oeiras que mencionava, também, ter sido a região afectada por chuvas intensas que estavam a dificultar os trabalhos da “fábrica” e a causar danos à recém-criada povoação cujas casas eram feitas de barro (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 47).

Demonstrando, sem dúvida, falta de conhecimento da realidade que se vivia em Nova Oeiras, Sousa Coutinho revelava-se bastante optimista em relação à sua iniciativa e, num officio enviado para o Secretário de Estado dos Negócios e Domínios Ultramarinos, mostrava a sua satisfação pela chegada dos mestres a Nova Oeiras: “*espero que dentro de trez ou quatro mezes trabalhe a fabrica e estejam os negros ensinados a servir se de folez grandes e a fundir como os mestres (...) Hê bem natural e bem de esperar que quando esta carta chegar a mao de V. Ex^a esteja a fabrica*

de todo estabelecida” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 68). O importante seria, num futuro próximo, produzir o ferro em fornos de dimensões maiores e assim fornecer material para artilharia e munições. Sousa Coutinho chegou a afirmar que a sua iniciativa foi construída sobre “fundamentos sólidos”, sublinhando o seu “valor”: “*se persuadirá V. Ex^a de que introduzi e segurei no erario regio hu inexaurivel tezoiro, que adiantado e animado em todos os tempos dara hua extraordinaria força à monarchia*” (Ib.).

Todavia, o desenrolar dos acontecimentos demonstraria, precisamente, o contrário.

Entre Dezembro de 1768 e Janeiro de 1769 morriam os mestres ferreiros biscainhos, vitimados pelo escorbuto e por um clima que se revelava mortífero aos europeus (AHU, Angola, Cx. 53, docs 8 e 11).

Os mestres biscainhos não chegaram sequer a construir o forno de fundição do ferro, continuando a produção a ser feita de acordo com as técnicas dos africanos. Simultaneamente, continuavam as obras de construção de um edifício, a futura “fábrica” e de um açude, estando Nova Oeiras desprovida da presença de ferreiros europeus, cuja vinda persistia Sousa Coutinho em solicitar junto da corte (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 21). No entanto, a construção da povoação de Nova Oeiras ficou concluída por volta de Julho de 1769 e, sempre com o objectivo de superar o problema da ausência de artífices europeus no local, propunha o governador que fossem degredados para Angola todos os presos das relações de Lisboa, Porto, Rio de Janeiro e Baía que tivessem o ofício de serralheiro, pedreiro ou carpinteiro (AHU, Angola, Cx. 53, doc. 43; ARQUIVOS DE ANGOLA, 1953, pp. 131-133). Se as obras da fábrica ficaram concluídas em Setembro de 1770, continuavam a faltar os mestres e operários especializados (BNL, Reservados, Cód. 8744, fl. 32v^o-33). Esse problema seria, contudo, superado em Outubro desse ano, através do envio de um conjunto de oficiais mecânicos, oriundos de Portugal e de Castela. Foram 30 homens enviados para Nova Oeiras, com os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro. Na sua maioria estavam na condição de degredados, havendo alguns “*voluntarios, porem obrigados*” como consta no documento (AHU, Angola, Cx. 54, doc. 101). Parece evidente que nenhum destes homens iria de ânimo leve para Angola, para uma empresa não só desconhecida como supostamente arriscada. É de salientar as palavras que constam do final desta *relação de oficiais mechanicos destacados para Angola* que, com

cruzea, descreviam as dificuldades que aqueles homens iriam enfrentar: “*por que precisamente hão de adoecer quazi todos e morrer alguns he necessario que haja quantidade que possa suprir*” (Ib.).

O que foi, de facto, produzido em Nova Oeiras? O Quadro I fornece, com clareza, uma relação do ferro produzido em Nova Oeiras e remetido para Lisboa.

Quadro 1. Ferro produzido em Nova Oeiras e remetido para Lisboa

Data	Quantidade	Fonte
2.1.1767	95 quintais, 2 arrobas	AHU, Angola, Caixa 51, documento 1
16.2.1767	32 quintais	Ib., documento 8
17.3.1767	55 quintais	Ib., documento 16
30.7.1767	156 quintais, 2 arrobas	Ib., documento 39
12.3.1768	163 quintais, 3 arrobas	Id., Caixa 52, documento 73

O quadro I permite-nos tirar um conjunto de conclusões sobre a “fábrica do ferro” de Nova Oeiras. Em primeiro lugar, vemos que só houve produção nos anos de 1767-68, ou seja, sem estar a “fábrica” edificada, o que só aconteceu, como já referimos em 1770. A última remessa de ferro ocorreu em Março de 1768, não revelando a documentação posterior a existência de remessas para Lisboa, após essa data. Em 1768, chegavam os mestres biscainhos, cuja trágica e curta estadia defraudara as expectativas de Sousa Coutinho de ver a “fábrica” tornar-se um “grande centro” de produção de ferro. A partir desse ano, a “fábrica” não produziu, revelando-se uma realidade bastante problemática para o governo de Luanda, devido à ausência de ferreiros europeus e de materiais necessários à fundição de acordo com as técnicas europeias (nomeadamente as pedras para o “cadinho” que só existiam em Portugal). Esta situação foi um facto até ao final da permanência de Sousa Coutinho em Angola. Um segundo aspecto, igualmente importante, é que todo o ferro produzido e enviado para Lisboa foi da responsabilidade dos ferreiros africanos a trabalhar em Nova Oeiras. A “fábrica do ferro” de Sousa Coutinho acabou por estimular a produção tradicional e artesanal de ferro na região; a dita fábrica nunca chegou a trabalhar como era previsto visto que os mestres biscainhos morreram

logo após a sua chegada e os mestres portugueses estiveram inactivos devido à falta de materiais que supostamente iriam acelerar a fundição do metal, de acordo com as técnicas usadas em França naquela época.

A despesa de construção e funcionamento da “fábrica” do ferro de Nova Oeiras, entre os anos de 1766 e 1772, representou para a fazenda real do reino de Angola a quantia de 71.350\$931, uma quantia, sem qualquer dúvida, bastante avultada para a época (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28).

Pensamos que o próprio Sousa Coutinho teria acabado por reconhecer essa realidade. Em 1767, altura em que as perspectivas face à empresa de Nova Oeiras se afiguravam optimistas, Sousa Coutinho afirmava que a fábrica do ferro só podia e devia estar na posse da coroa (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73). Contudo, já em 1770, depois dos problemas relacionados com a vinda dos mestres biscainhos e dos sucessivos atrasos nas obras de construção da fábrica, Sousa Coutinho levantava a hipótese do seu arrendamento a um particular (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1953, pp. 139-142). Uma mudança de perspectiva justificável pelo facto de não ter o projecto decorrido como Sousa Coutinho idealizara. O sucessor de Sousa Coutinho não se mostraria benévolo em relação ao fracasso da experiência de Nova Oeiras. Para D. António de Lencastre, a fábrica do ferro era “*hua total quimera (...) não se vendo mais que leza a real fazenda em hua enormissima despesa e sacrificado o não pequeno numero de vidas nestes infrutuozos descobrimentos (...) tomei a rezolução de mandar suspender todo o trabalho que ainda continuava no material daquela fábrica*” (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). Ficamos ainda com a informação, através de um relatório elaborado por um funcionário da fábrica que, entre os anos de 1766 e 1772, teriam falecido em Nova Oeiras, devido à malignidade do clima, 77 europeus, e que entre os trabalhadores africanos as baixas teriam sido superiores, falando em “*centos delles*” afirmando que não houvera tempo para assentar o número “*daquelles miseraveis*” (Ib.).

A empresa foi, portanto, abandonada. As últimas notícias da fábrica do ferro de Nova Oeiras, no século XVIII, datam de 1797 e mencionam um local de difícil acesso cuja obra fora condenada ao esquecimento. E, concluía o seu autor, com grande precisão, o porquê deste desfecho: “*Ha hu obstaculo insuperavel para a continuação desta obra. A malignidade do clima he superior a quanto posso dizer*” (REGO, 1974, pp. 395-96).

O trabalho africano em Nova Oeiras

O recurso à mão-de-obra africana por parte dos portugueses era uma prática que remontava ao período do estabelecimento do governo geral de Angola, ou seja, ao início do século XVII, constituindo um direito de conquista exercido pelos portugueses sobre populações derrotadas militarmente.

A prestação de trabalho por parte das populações africanas compreendia duas realidades distintas: por um lado, a prestação de serviços em Luanda, por outro, a prestação de serviços nos presídios do interior (AHU, Angola, Cx. 55, doc. 6). Os serviços na capital compreendiam trabalhos de construção e reparação de edifícios públicos e demais habitações, além do transporte de produtos agrícolas e outros bens dos arredores para Luanda. Tratavam-se de serviços remunerados com exceção dos trabalhadores Mixiluandas (povo habitante da ilha de Luanda), cujo serviço na capital era uma pena imposta pelo poder português devido ao auxílio prestado aos holandeses durante a sua permanência em Luanda de 1641 a 1648 (Ib.). Numa portaria do governador Sousa Coutinho, de 7 de Dezembro de 1770, promulgada com a finalidade de regularizar as prestações de trabalho indígena na capital e nos presídios, era estipulado o salário a ser pago aos trabalhadores de Luanda. Assim, determinava-se, para os africanos que servissem no mar, fossem Mixiluandas ou marinheiros forros, o salário de 100 réis por dia além de uma quantidade de farinha, peixe e azeite de palma necessária ao seu sustento diário; para os que servissem nas conduções do Dande e Kwanza, o pagamento de 40 réis por dia e um exequê de farinha por mês (Ib.).

Relativamente aos presídios, o serviço feito pelos negros foi sempre de graça e incluía as seguintes tarefas: construção e reparação das fortalezas e casas adjacentes, condução de artilharia e munições em tempo de guerra, fazer o serviço postal levando cartas e missivas de Luanda para os potentados da região. Eram serviços não remunerados e foram-se tornando um hábito no seguimento da conquista e subordinação do reino do Ndongo, constando dos autos de undamento dos sobas com o estatuto de obrigação destes em relação ao rei de Portugal (Ib.).

Portanto, para o poder colonial o recurso ao trabalho indígena era considerado um direito de conquista, prova do estatuto de subordinação

das populações africanas em relação à coroa portuguesa e, quando remunerado, era apenas com o estritamente necessário à subsistência dos trabalhadores. Dentro desta perspectiva, a utilização da mão-de-obra africana em Nova Oeiras foi algo perfeitamente comum, inserindo-se numa tradição que remontava ao século XVII.

Conforme foi referido, a extracção e fundição do ferro na vasta região entre os rios Kwanza e Bengo, era uma prática muito antiga entre as suas populações como aliás constatava Sousa Coutinho, em citação anterior, não deixando de fazer transparecer o seu espanto perante algo que denotava o desenvolvimento dos africanos: “*vemos com dor, que neste centro da barbaridade e da ignorancia nos excederão em conhecimentos os mesmos barbaros pois sem meios e sem industria repararão as suas necessidades e aproveitarão os beneficios do ceo nas prodigiosas minas deste precioso e entre todos o mais preciso metal*” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73).

Ao mandar estabelecer a fábrica do ferro em Nova Oeiras, Sousa Coutinho procurou dotá-la de suficiente e competente mão-de-obra aproveitando a tradição e a experiência africanas no trabalho do ferro. Tornava-se necessário, por conseguinte, organizar e regularizar essa mesma mão-de-obra, um processo que não se revelou muito difícil mediante o recurso ao costume da prestação de serviços, junto dos presídios, por parte dos sobas, canalizando-o para uma nova realidade criada pelo governo de Luanda – a fábrica do ferro de Nova Oeiras.

O primeiro passo seria proceder à averiguação, junto dos sobados mais próximos das jazidas de ferro de Nova Oeiras, da existência de ferreiros e fundidores e encaminhá-los para a fábrica. Sousa Coutinho procurou resolver este aspecto escrevendo aos capitães-mores do Golungo, Muxima, Mbaka e Cambambe, ordenando que procedessem ao levantamento do número de ferreiros e fundidores existentes nos sobados das suas jurisdições e remetê-los para Nova Oeiras. Todos os ferreiros e fundidores, identificados como tal, deviam ser remetidos para a fábrica do ferro e, dizia o governador ao capitão-mor de Mbaka “*quanto possível for por sua livre vontade (...) uzando Vossa mercê da força so em ultimo lugar e quando vir que a persuasão não obra nada*” (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 128v^o-129; fl. 114v^o-115).

Além de ferreiros e fundidores, que deviam ser em menor número, foi reunido em Nova Oeiras um conjunto de homens que trabalhavam na

construção da povoação, na construção da estrutura da fábrica – fornos de fundição, açude -, no desbravamento da mina, na abertura de caminhos e na condução do ferro para Luanda (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). A documentação, por volta de 1770, refere o número de 300 homens a trabalhar em Nova Oeiras (BNL, Reservados, Cód. 8743, fl. 182vº-184).

O Quadro II dá-nos uma informação sobre o número de homens que estavam afectos ao serviço da fábrica, assim como do local de onde vinham, designadamente o sobado de origem.

Quadro 2. Trabalhadores em Nova Oeiras

Soba	Jurisdição	Nº de trabalhadores fornecidos
Bango Aquitamba	Golungo	60
Bumba Andala	Golungo	30
Caboco Cambilo	Cambambe	40
Cabuto Candalla	Golungo	?
Cariata	Golungo	20
Gonguembo	Golungo	40
Gungue a Quibengue	Golungo	?
Itombe a Candongo	Massangano	?
Mucengue Anzenza	Golungo	40
Muta o Camba	Golungo	10
Ngola Anguimbo	Golungo	40
Ngola Quiato	Massangano	?
Quilombo Quia Catubia	Golungo	30
Quingue aquibengue	Massangano	?
Quissala qui acaboco	Massangano	?
Zambi aqueta	Massangano	?
Zumba aquizundo	Massangano	?

Fonte: AHU, Angola, Cx. 55, doc. 6; Id., lb., Caixa 57, documento 28; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 14vº e 16º

Trabalhavam em Nova Oeiras cerca de 310 homens, de acordo com os elementos fornecidos pelo Quadro II, sendo a sua maioria proveniente de Massangano e do Golungo, que eram as regiões mais próximas da fábrica. Vemos, também, que cada sobado tinha uma quota fixa de trabalhadores a fornecer mensalmente ao responsável pela fábrica que, por seu turno, devia zelar para que esse processo decorresse de forma pacata e sem violência, o que nem sempre aconteceu (BNL, Reservados, Cód. 8744, fl. 4-6).

O trabalho da mão-de-obra africana presente em Nova Oeiras era um trabalho remunerado, tal como acontecia na capital, tendo sido necessário regular o jornal a ser pago a estes homens de forma a que, na perspectiva da coroa: “*nam falem a esses miseraveis ignorantes os meynos de tirarem do seu trabalho com que possão viver e de sustentarem as suas familias (...) e que pela outra parte nam cresçam os jornaes ao excesso de que rezulte nam fazer conta o genero, assim para o serviço de Sua Magestade como para o comercio geral do reyno*” (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Da parte dos sobas foi apresentada uma proposta ao governador Sousa Coutinho, em 20 de Julho de 1767, na qual afirmavam que aceitariam fornecer os seus “filhos” (isto é, súbditos) de graça em troca da isenção do pagamento do dízimo (BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 169-170). Em Abril de 1768, o rei deferia este pedido dos sobas, ordenando ao governador que tivesse em consideração dois aspectos: por um lado, devia demarcar, com rigor, o território isento do pagamento do dízimo de forma a não haver qualquer tipo de confusão sobre esta matéria; por outro, devia ter o cuidado de deixar, nos sobados, trabalhadores em número suficiente para o cultivo das terras e conseqüente sustento daqueles que estivessem destacados em Nova Oeiras (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 15).

Mas era essencial para o governo de Luanda resolver a questão do jornal da mão-de-obra empregue em Nova Oeiras. Por deliberação da Junta da Fazenda Real do Reino de Angola, presidida pelo governador Sousa Coutinho, ficou acordado que aos trabalhadores provenientes dos territórios isentos do pagamento do dízimo pagar-se-ia, por dia, a quantia de 60 réis em fazendas, sal e mantimentos; aos trabalhadores provenientes dos territórios não isentos do pagamento de dízimo pagar-se-ia um jornal de 80 réis em fazendas, sal e mantimentos; para aqueles que trabalhassem em “*forja e com exercicio tão violento do fogo que exceda o comum*” seria pago um adicional de 10 réis por dia (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 44).

Entendia Sousa Coutinho que, para se obter uma boa produção de ferro, era essencial que os negros fossem bem tratados, conforme referia na instrução para o intendente, quando a fábrica fora estabelecida no início de 1767, tendo este tipo de aviso sido comum por parte do governador junto do intendente (AHU, Angola, Cx. 52, doc. 73; BNL, Reservados, Cód. 8742, fl. 148-149 vº; fl. 182-182 vº). Contudo, na prática, os maus tratos infligidos aos trabalhadores de Nova Oeiras teriam sido uma constante,

apesar das recomendações do governador. Escrevendo ao intendente da fábrica, Sousa Coutinho afirmava que “*os negros do trabalho se queichão das pancadas que lhe dão e que por isto dezertram, Vm evite semelhante tirania*” (BN, Reservados, Cód. 8743, fl. 189 vº). Obviamente que muitos trabalhadores, nada satisfeitos com a situação que lhes era imposta, fugiam, preferindo voltar para o seu soba ou errar pelo sertão. Essas deserções teriam sido em grande número.

Sousa Coutinho, face a uma queixa de um soba que afirmava que os seus “filhos” tinham sido vítimas de “*muitos castigos, insolencias, prisões e roubos*” em Nova Oeiras, ordenou ao intendente que devolvesse esses homens ao seu soba, reconhecendo, com esta ordem, que algo não ia bem na fábrica do ferro (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1937, p. 413).

Apesar de a documentação não fornecer elementos abundantes sobre esta matéria, podemos afirmar, com alguma certeza, que a regulamentação do trabalho indígena em Nova Oeiras, através do processo de imposição, junto dos sobados, do fornecimento de um número de trabalhadores por mês, não teria dado bons resultados.

A tentativa de reorganização do esquema de utilização de mão-de-obra na fábrica de Nova Oeiras, por parte de Sousa Coutinho, em 1771, é um importante indicador desse facto. Assim, Sousa Coutinho avançava com uma proposta que assentava na ideia de mandar fixar em Nova Oeiras “*duzentos cazais de muleques de catorze e dezasseis anos cazados para que os machos aprendão e fação o serviço da fabrica e as femeas cultivem as terras de que se hão de alimentar (...) como tambem se bastara pagar hu dia de jornal de cada semana aos machos para se vestirem, porque desta maneira sera o serviço da fabrica muito mais cómodo e se nam necessitara chamar gentes pela força*” (ARQUIVOS DE ANGOLA, 1937, p. 323). Sousa Coutinho reconhecia, ainda que implicitamente, que o uso da força, em relação aos trabalhadores africanos, era uma realidade que não estaria a dar bons resultados. Esta proposta foi feita, formalmente, a Martinho de Melo e Castro em Fevereiro de 1772 (AHU, Angola, Cx. 56, doc. 14). Desconhecemos se houve alguma resposta da parte de Martinho de Melo e Castro.

A fábrica do ferro cessou a sua actividade sob ordem do governador D. António de Lencastre. Pura e simplesmente, não funcionou devido à falta de mestres e operários especializados vindos da Europa e devido à falta de

materiais necessários à fundição do ferro. A estes dois factores, que condicionaram directamente o insucesso da empresa de Nova Oeiras, temos de acrescentar um terceiro: a mobilização de mão-de-obra junto dos sobados mais próximos do local, mesmo com a concessão de isenção do pagamento do dízimo, revelou-se um fracasso, com muitas perdas humanas. Pois daqueles que não teriam conseguido fugir, muitos morreram no local, como testemunhava um dos responsáveis pela fábrica, em 1773: “*He bem constante que grande numero de pretos desertão ou desampararão as suas antigas povoações e que outros acabarão a vida lastimozamente nesta fabrica huns de molestias naturaes e outros de mil desastres como pizados de pedras ou intulhos, afogados nas passagens dos rios em tempo de cheyas e alguns apanhados do jacareo*” (AHU, Angola, Cx. 57, doc. 28). O trabalho era muito duro e perigoso, as condições ecológicas hostis, daí o “*entranhavel odio que os ditos pretos conceberam aos trabalhos desta fabrica (...) porque ja mais acudirão ao dito serviço sem os mandar buscar com violencia*” (Ib.). Sem dúvida, um balanço muito significativo dos perigos que levaram ao fracasso da empresa.

Considerações finais

Ao tentar retirar a Angola o estatuto de reservatório de mão-de-obra escrava para o Brasil, Sousa Coutinho estava a apostar numa hipotética diversificação da actividade económica do território. Foi isso que pretendeu ao implementar a “pequena fábrica” de Nova Oeiras, com a finalidade de fornecer a metrópole e o Brasil em ferro. Mas a experiência revelou-se um completo fracasso. São duas as principais razões deste fracasso. A primeira, foi de natureza estrutural. O meio ecológico africano, mortífero para os europeus, revelou-se o principal obstáculo desta iniciativa de Sousa Coutinho. O clima e as doenças a ele associadas impediram, até à descoberta de profilaxias e terapêuticas no século XIX, a presença europeia nas regiões do interior. Logo, ao fixar a povoação e fábrica naquela zona, Sousa Coutinho estava, praticamente, a condenar à morte os europeus que para lá mandasse.

A segunda razão está relacionada com a incapacidade de se encontrar um esquema eficaz de mobilização da mão-de-obra africana apesar de seu

enquadramento no âmbito das prestações do trabalho indígena, tradicionalmente exercidas junto do governo de Luanda. O factor humano foi determinante dos maus resultados da empresa visto que, face aos perigos que enfrentavam e aos maus tratos que sofriam, muitos homens morreram ou acabaram por fugir, voltando às suas terras ou para qualquer outro lugar em busca da protecção de um novo soba.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, (AHU), Angola, Caixas 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

AHU, Angola, Códices 408, 544

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Reservados, Códices 8742, 8743, 8744

Fontes Impressas

Arquivos de Angola, Luanda, Publicação oficial editada pela Repartição Central de Estatística Geral:

I Série: Volume III, nº 28, Novembro 1937; nº 30-33, Novembro 1937

II Série: Volume X, nº 39-42, Janeiro-Outubro 1953

Bibliografia

BIRMINGHAM, David (1970): “Early african trade in Angola and its hinterland” in *Pre-colonial African trade*, Londres, D.Birmingham e R.Gray (editores), pp. 163-173

BIRMINGHAM, David (1981): *Central Africa to 1870*, Cambridge, Cambridge University Press

DIAS, Jill (1989): “As primeiras penetrações portuguesas em África” in *Portugal no Mundo*, volume I, Lisboa, Alfa, pp. 281-298

Dias, Jill (1992): *África nas vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

HEINTZE, Beatrix (1984): “Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, I, Janeiro-Junho, pp. 11-59

KOPYTOFF, Igor e MIERS, Suzanne (1977): “African slavery as an institution of marginality” in *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 3-81

MILLER, Joseph (1972): "The Imbangala and the chronology of early central african history" in *The Journal of African History*, vol. 13, nº 4, pp. 549-574

MILLER, Joseph (1988): *Way of death. Merchant capitalism and the Angolan slave trade 1730-1830*, Madison, Wisconsin University Press

REGO, António da Silva (1974): "A Academia Portuguesa da História e o II centenário da fábrica do ferro de Nova Oeiras, Angola" in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof.Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 387-398